



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

MADALENA CHILAI CASSINDA

**O PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO E ACELERAÇÃO ESCOLAR (PAAE)
EM ANGOLA (2007-2017)**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE
2025**

MADALENA CHILAI CASSINDA

**O PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO E ACELERAÇÃO ESCOLAR (PAAE)
EM ANGOLA (2007-2017)**

Projeto de pesquisa apresentado à
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) como parte
dos requisitos para a obtenção do título de
Bacharelado em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucilene Rezende
Alcanfor.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

MADALENA CHILAI CASSINDA

**O PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO E ACELERAÇÃO ESCOLAR (PAAE)
EM ANGOLA (2007-2017)**

Projeto de pesquisa apresentado à
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) como parte
dos requisitos para a obtenção do título de
Bacharelado em Humanidades.

Data de aprovação: 14/05/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lucilene Rezende Alcanfor (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Emanuel Alberto Cardoso Monteiro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedito

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente

MED - Ministério da Educação Angolano

MINPLAN - Ministério do Planeamento

ONU - Organização das Nações Unidas

PAAE - Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar

PARA - Plano de Revitalização da Alfabetização

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	OBJETIVOS	9
2.1	GERAL	9
2.2	ESPECÍFICOS	9
3	REFERENCIAL TEÓRICO	10
3.1	PERSPECTIVA ATUAIS DA ALFABETIZAÇÃO EM ANGOLA	10
3.2	CONTEXTO SOCIOECONÓMICO DE ANGOLA	12
3.3	UM BREVE OLHAR À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM ANGOLA	13
3.4	A POLÍTICA EDUCACIONAL PÓS-GUERRA CIVIL	19
3.5	IMPACTOS E DESAFIOS DO PAAE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO PAÍS	21
4	METODOLOGIA DA PESQUISA	24
5	CRONOGRAMA	25
	REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo analisar o sistema educacional em Angola, com ênfase nas políticas públicas de alfabetização implementadas no período pós-guerra civil. A pesquisa concentra-se no Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE), primeiro grande esforço governamental voltado à alfabetização de jovens (15 a 24 anos) e crianças após o conflito. Por meio de pesquisa bibliográfica e análise de documentos oficiais, pretende-se compreender as estratégias adotadas pelo programa, os desafios enfrentados e seus impactos na redução do analfabetismo e da defasagem escolar entre 2007 e 2017.

Angola está localizada na costa ocidental da África Austral e obteve sua independência de Portugal em 1975. No entanto, o país enfrentou uma guerra civil prolongada (1975-2002), cujos efeitos comprometeram o sistema educacional, resultando em avanços e retrocessos condicionados por fatores políticos e sociais (Maciel; Rocha, 2023).

Estudos como os de Maciel e Rocha (2023), Liberato (2014) e Ambrósio (2019) indicam que, com o fim da guerra, Angola iniciou um processo de reconstrução que incluiu a formulação de políticas educacionais voltadas à formação pedagógica de alfabetizadores e à ampliação do acesso à educação, buscando romper com a herança do ensino colonial.

No final da década de 1990, mais de 1,5 milhão de crianças estavam fora da escola, e os índices de analfabetismo e reprovação eram alarmantes (Liberato, 2014; Minplan, 1997). Com o compromisso assumido na Cimeira do Milênio¹ (2000) de alcançar a universalização do ensino básico, o governo angolano revisou suas políticas educacionais, resultando na Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015) (Angola, 2001a) e na Nova Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei nº 13/2001) (Angola, 2001b).

Nesse contexto, em 2007, foi lançado o Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE), que visava ampliar o acesso à alfabetização para jovens

¹ Reunião da comunidade internacional ocorrida em Nova York, em setembro de 2000, para debater e assinar um compromisso de luta contra a pobreza, a fome e as doenças. Da reunião saiu o documento Declaração do Milênio, assinado por 189 países, no qual constam oito objetivos – conhecidos como Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) – nos quais os países signatários devem esforçar-se por concretizar, de modo que melhore as condições de vida de sua população e comece a traçar o caminho rumo ao desenvolvimento (Liberato, 2014, p. 1022).

e adultos e reduzir a defasagem idade-série entre crianças (ADRA, 2019; Ambrósio, 2019). Avaliações iniciais indicaram impactos positivos, mas o programa enfrentou desafios significativos, especialmente após 2015, quando a crise econômica levou à redução dos subsídios aos alfabetizadores, comprometendo sua continuidade (ADRA, 2019).

Conforme avaliado pela ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE (ADRA) (2019), entre 2007 e 2019, em dois municípios do interior de Angola (Ganda e Cubal), a redução dos subsídios aos alfabetizadores a partir de 2015 resultou em uma queda substancial no acesso à alfabetização pelo PAAE. Além disso, apesar dos benefícios sociais e econômicos da alfabetização, continua a existir uma demanda reprimida por esses serviços, especialmente em áreas rurais. Em Benguela, “apenas 36.3% da população com 15 anos ou mais, na zona rural, sabe ler e escrever. Para as mulheres, a percentagem letrada é mais baixa ainda é alarmante: apenas 21.3% das mulheres da zona rural de Benguela, ou seja, uma mulher em cada cinco” (ADRA, 2019, p. 8).

Estes dados, no entanto, abrem o debate sobre o impacto e a efetividade do PAAE no país, especialmente em zonas rurais, e também questionamentos sobre como uma política pública como essa não incluiu mecanismos que pudessem prevenir possíveis crises, além de abordagens mais incisivas em zonas remotas. Ou seja, questionamentos sobre até que ponto as estratégias adotadas pelo programa consideram essas variáveis, sobretudo diante dos desafios impostos pela crise econômica de Angola. A escassez de recursos e a descontinuidade dos subsídios destinados ao programa são fatores que limitam seu alcance e eficácia.

Partimos do pressuposto de que a alfabetização é um processo intrinsecamente mediado pelo contexto social e cultural dos indivíduos. Nesse sentido, qualquer política pública de alfabetização deve ser formulada de modo a considerar não apenas os aspectos pedagógicos, mas também os fatores estruturais e econômicos que podem impactar sua implementação e continuidade. A falta de um planejamento que antecipe possíveis crises econômicas e suas implicações pode comprometer significativamente a efetividade dessas iniciativas.

Diante desse cenário, esta pesquisa busca responder às seguintes questões: Quais foram as estratégias adotadas pelo PAAE para a redução do analfabetismo e da defasagem escolar entre 2007 e 2017? Quais foram os principais impactos do PAAE

em Angola entre 2007 e 2017? Quais desafios marcaram/marcam sua implementação? Os resultados foram alcançados pelo programa?

Lev Vygotsky (1987), na sua teoria “Sociocultural”, destaca o papel central do meio social e da cultura no desenvolvimento e na aprendizagem. De acordo com essa abordagem, o aprendizado ocorre por meio da interação social, sendo influenciado pelas condições históricas, econômicas e culturais do sujeito. Na mesma linha, Paulo Freire (1967) considera que a alfabetização constitui um conjunto de saberes sobre a linguagem, envolvendo tanto reflexão quanto ação, ultrapassando os limites de uma teoria ou método pedagógico específico. Sob essa perspectiva, nossa hipótese é que o PAAE enfrenta obstáculos significativos sobretudo devido à necessidade de metodologias ou condições estruturais que dialoguem com a realidade sociocultural e econômica dos alfabetizandos ou do contexto do país, apesar do impacto positivo em sua fase inicial.

Para desenvolver a pesquisa, a investigação adota uma abordagem histórica e sociocultural, analisando o desenvolvimento da educação em Angola desde a era colonial, passando pelas dificuldades de acesso à escolarização, os efeitos da guerra civil, as políticas implementadas no século XXI, culminando no desenvolvimento do PAAE e o contexto socioeconômico do desenvolvimento do programa. Procuraremos apresentar os principais resultados do PAAE em algumas regiões do país, seus desafios e impactos significativos, bem como as metas que não foram possíveis de serem alcançadas.

O recorte de 2007 a 2017 é crucial, pois compreende, além do ano de implementação do PAAE, o período de reconstrução pós-guerra e a implementação das reformas estruturais do setor educacional, conforme delineado pelo Ministério da Educação de Angola (MED, 2001a) e pelo PNUD-Angola (2002).

Poucas pesquisas acadêmicas analisam de forma profunda os fatores que condicionam o PAAE e seus impactos nesse período, o que motivou esta investigação. Além do interesse acadêmico, há também um compromisso pessoal, por ser cidadã angolana, por almejar ser professora e trabalhar com a alfabetização, além da importância do tema para o desenvolvimento nacional.

Contudo, o estudo pretende contribuir para o debate sobre políticas públicas de alfabetização em países que passaram pelo processo de colonização e conflitos armados, tomando Angola como referência. Do ponto de vista científico, a pesquisa

busca aprofundar os estudos sobre a alfabetização em Angola no período pós-guerra civil, avaliando os impactos concretos do PAAE na intenção de melhoria dos índices educacionais e possíveis avanços a serem alcançados. A metodologia baseia-se na análise de artigos científicos, documentos governamentais e avaliações do programa, proporcionando uma visão abrangente sobre a alfabetização no país, com específica atenção ao PAAE.

Além do impacto acadêmico em Angola, a pesquisa pode gerar reflexões relevantes para instituições brasileiras. O estudo do processo de alfabetização em Angola, após anos de conflito, permite a comparação com experiências brasileiras, favorecendo um diálogo intercultural enriquecedor. A inclusão dessa temática em currículos acadêmicos amplia a compreensão das relações históricas entre Brasil e Angola, promovendo uma visão crítica sobre políticas educacionais em contextos de reconstrução.

Por fim, o fortalecimento do intercâmbio acadêmico entre Brasil e Angola poderá resultar em colaborações em pesquisa e eventos culturais, contribuindo para a construção de redes de conhecimento que transcendem fronteiras. Dessa forma, esta investigação não apenas busca compreender os impactos do PAAE, mas também reforça a importância de políticas educacionais eficazes em contextos de superação do analfabetismo.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar o Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE) e seu impacto nas políticas de alfabetização de Angola pós-guerra civil, entre 2007 a 2017.

2.2 ESPECÍFICOS

- Analisar o contexto histórico educacional do país;
- Avaliar as estratégias de alfabetização implementadas pelo governo no período pós guerra civil;

- Investigar o surgimento da implementação do PAAE, os principais objetivos e como essas metas foram estabelecidas para atender às necessidades específicas dos problemas da alfabetização em Angola;
- Avaliar os impactos do PAAE na taxa de alfabetização em Angola entre adultos (15-24 anos) e crianças e os desafios enfrentados entre 2007 a 2017.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste projeto visa embasar a pesquisa com teorias, abordagens e conceitos que expliquem os aspectos históricos, sociais e educacionais que influenciaram o sistema de educação em Angola, particularmente no contexto da alfabetização pós-guerra civil. A análise será sustentada por estudos acadêmicos, políticas públicas e teorias que dialoguem diretamente com a problemática da alfabetização em Angola, com ênfase no impacto do Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE).

3.1 PERSPECTIVA ATUAIS DA ALFABETIZAÇÃO EM ANGOLA

A alfabetização, tradicionalmente compreendida como o domínio das habilidades de leitura e escrita, tem sido objeto de significativas ressignificações nas últimas décadas. As abordagens contemporâneas sobre o tema transcendem a mera decodificação de signos linguísticos, concebendo a alfabetização como um fenômeno complexo, situado em contextos sociais, culturais e históricos específicos.

Na mesma linha, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), afirma que estas evoluções compreendem as dinâmicas globais, ou seja, “com novas perspectivas que refletem as transformações societárias, a influência da globalização na linguagem, na cultura e nas identidades e também a expansão das comunidades eletrônicas” (UNESCO, 2003, p. 37).

Apesar da relevância dessa ampliação conceitual, persistem desafios práticos em contextos marcados por desigualdades estruturais, como é o caso de Angola no período pós-guerra civil. Nesse cenário, alfabetizar não se restringe ao ato de ensinar a ler e escrever, trata-se, sobretudo, além de promover a inserção crítica do sujeito no

universo letrado, considerar os fatores sociais e econômicos que influenciam esse processo.

Paulo Freire, um dos principais educadores brasileiros e de referência internacional na área da educação, foi um dos responsáveis por expandir a compreensão da alfabetização, concebendo-a de forma ampla e crítica. Para o autor, a alfabetização constitui um conjunto de saberes sobre a linguagem, envolvendo tanto reflexão quanto ação, ultrapassando os limites de uma teoria ou método pedagógico específico. O ensino da língua, em toda a sua complexidade, deve ocorrer por meio de uma relação dialógica entre educadores e educandos (Freire, 1967), sendo, portanto, crítica e libertadora — ou seja, um diálogo com a realidade.

Entretanto, ao serem transpostas para realidades específicas — como o contexto angolano — essas ideias enfrentam o desafio de se concretizarem em um sistema educacional que, muitas vezes, opera com metodologias importadas, pouco adaptadas às línguas locais, à diversidade cultural e principalmente às condições socioeconômicas da população. Nesse sentido, um processo de alfabetização bem-sucedido, que compreende a realidade que se pretende executar, possui grande potencial para transformá-la. Coelho (2017, p. 104) afirma que:

Apesar de seu caráter parcialmente pragmático, a alfabetização permite a construção das bases intelectuais para a aquisição dos conceitos científicos, através da possibilidade de desenvolvimento da linguagem escrita. Ao mesmo tempo em que a alfabetização mantém uma proximidade com o âmbito da vida cotidiana, ela estabelece um elo na passagem para o âmbito da vida não cotidiana, pois, sem a linguagem escrita, o ingresso nesse universo é quase impossível.

A reflexão de Coelho (2017), ao enfatizar o papel da alfabetização na transição entre o cotidiano e o universo abstrato dos conceitos científicos, revela-se extremamente pertinente. No entanto, é necessário problematizar: que tipo de cotidiano é esse? E quais sujeitos, de fato, têm acesso a esse universo não cotidiano por meio da linguagem escrita, em um país onde grande parte da população rural — especialmente as mulheres — permanecem à margem de políticas públicas eficazes de alfabetização?

Outras teorias também têm contribuído para uma compreensão ampliada da alfabetização. A perspectiva sociocultural, por exemplo, ressalta que o processo de alfabetização é indissociável do contexto social dos sujeitos. Vygotsky (1987) destaca

que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação social, sendo a linguagem um instrumento fundamental na mediação entre o sujeito e o mundo.

O Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE) como política educacional implementada em Angola a partir de 2007, surge com o propósito de enfrentar lacunas históricas nesse campo. No entanto, sua efetividade permanece limitada quando desconsidera as especificidades locais, como as práticas orais, os saberes tradicionais, as línguas nacionais e a precariedade das condições materiais. A alfabetização, nesse contexto, corre o risco de ser reduzida a um projeto tecnicista, centrado em metas quantitativas, sem gerar transformações substantivas na vida dos sujeitos.

As novas abordagens, portanto, apontam para a urgência de políticas públicas que considerem os sujeitos em sua integralidade: sua história, cultura, língua, território e condição socioeconômica. No caso do PAAE, tais perspectivas poderiam contribuir para o enriquecimento das estratégias metodológicas, integrando os saberes locais, respeitando a diversidade linguística e promovendo o protagonismo das comunidades alfabetizadas.

3.2 CONTEXTO SOCIOECONÓMICO DE ANGOLA

A economia angolana é predominantemente dependente do setor petrolífero, que representa cerca de 90% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Essa forte concentração da atividade econômica no petróleo tem sido alvo de intenso debate acadêmico e político, especialmente no que diz respeito à necessidade de diversificação econômica. A vulnerabilidade desse modelo ficou evidente diante dos impactos da crise econômica global, que afetou significativamente Angola, agravando os desafios estruturais e acentuando as fragilidades da sua economia.

Entre 2002 e 2012, Angola figurou entre os países africanos com maiores taxas de crescimento econômico, registrando um crescimento médio de 10% ao ano. Esse desempenho colocou o país na lista das economias mais dinâmicas do continente, impulsionado sobretudo pelo setor petrolífero. No entanto, o crescimento econômico não se traduziu necessariamente em desenvolvimento, evidenciando um descompasso entre expansão econômica e melhoria das condições de vida da população, impactando diretamente os setores sociais financiados pelo Estado

(Salomão, 2016).

Esse cenário evidencia a distinção conceitual entre crescimento e desenvolvimento econômico. Conforme argumentam Dias e Clério (2022), o crescimento econômico refere-se à expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e ao aumento da atividade mercadológica, possibilitando a redução de custos médios e a elevação da lucratividade. No entanto, o desenvolvimento econômico transcende esses aspectos quantitativos, estando associado à melhoria do bem-estar da população, o que envolve maior acesso à educação, saúde, cultura e infraestrutura (Evandeco, 2023). Em outras palavras, um país pode apresentar um crescimento econômico expressivo sem que isso se traduza, necessariamente, em avanços sociais significativos, como ocorreu em Angola no período pós-guerra.

Dados do Ministério do Planeamento (MINPLAN, 2005) e de Borgel (2012) indicam que, apenas dois anos após o tratado de paz, cerca de 68% da população angolana vivia abaixo da linha da pobreza, sendo que 26% encontrava-se em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica. Essa tendência revela a ineficácia das políticas públicas em redistribuir de forma equitativa os frutos do crescimento econômico, bem como a ausência de estratégias eficazes para o fortalecimento de setores produtivos alternativos ao petróleo.

Além da elevada desigualdade socioeconômica, persistem fragilidades estruturais que dificultam o acesso da população a serviços básicos e o desenvolvimento, manutenção ou continuidade de programas educacionais.

3.3 UM BREVE OLHAR À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM ANGOLA

A colonização de Angola por Portugal não tem um consenso exato quanto ao primeiro encontro entre os portugueses e os povos indígenas da região. Algumas fontes indicam que essa chegada ocorreu em 1482 (Steffen *et al.*, 2013), enquanto outras apontam para 1483 (Souza, 2005), a partir do Reino do Congo, na foz do rio Zaire (também conhecido como rio Congo), sob o comando de Diogo Cão. Inicialmente, os contatos entre os portugueses e as populações locais foram baseados em trocas comerciais, mas, a partir da década de 1570, evoluíram para incursões e tentativas de dominação (Guide, 2007).

A exploração do território angolano expandiu-se gradualmente do litoral para o

interior, impulsionada pelo comércio de escravizados, que se tornou um dos principais motores econômicos da presença portuguesa nos séculos XVI e XVII (Steffen *et al.*, 2013; Guide, 2007). As cidades de Luanda e Benguela tornaram-se pontos estratégicos de embarque para o tráfico transatlântico. No entanto, a efetiva ocupação colonial do território só ocorreu entre 1884-1885, no contexto da Conferência de Berlim, que formalizou a divisão da África entre as potências europeias (Steffen *et al.*, 2013, Evandeco, 2023).

Neste sentido, a colonização portuguesa influenciou profundamente a estrutura educacional de Angola. Durante o período colonial, o ensino formal foi direcionado à formação de uma elite local subordinada ao poder colonial, concentrando-se nas áreas urbanas e beneficiando apenas uma minoria. Segundo Liberato (2014), Portugal não demonstrava interesse significativo no desenvolvimento educacional da colônia, tratando Angola como uma terra de degredo, destinada ao envio de condenados e excluídos da metrópole (Dias, 1984). Esse contexto dificultou a consolidação de um sistema de ensino estruturado e acessível à população local.

Somente em 1845 foi instituída uma estrutura oficial de ensino por meio do decreto de 14 de agosto, elaborado por Joaquim José Falcão e assinado pela rainha D. Maria II. Essa iniciativa incluiu a criação da Escola Principal de Instrução Primária e do Conselho Inspector de Instrução Pública (Liberato, 2014). No entanto, essa política não se mostrou eficaz, pois não era inclusiva e não considerava as especificidades culturais e sociais das comunidades africanas.

Apesar das dificuldades, os esforços para expandir a educação continuaram. Em 1856, o ministro Sá da Bandeira promulgou uma portaria régia determinando que os filhos de líderes locais — como régulos e sobas — deveriam ser educados em Luanda sob supervisão das autoridades portuguesas, com custos cobertos pelo Estado (Santos, 1970).

Neste ponto, vale a pena ter atenção ao fato de que essa medida não representava uma política educacional ampla para a população. Servia apenas como uma abordagem estratégica integrar as elites indígenas ao sistema colonial, garantindo sua fidelidade a Portugal.

De acordo com Liberato (2014), a política portuguesa em relação às possessões africanas começou a sofrer mudanças significativas apenas no último quartel do século XIX, impulsionada pela “Conferência de Berlim” e o Ultimato

britânico, que frustrou o projeto expansionista português conhecido como “Mapa Cor-de-Rosa”, inviabilizando a ligação entre Angola e Moçambique. Esses eventos desencadearam uma transformação na mentalidade colonial portuguesa, estimulando o surgimento de um novo sentimento patriótico e pavimentando o caminho para uma ideologia nacionalista estruturada em bases raciais hierárquicas. Tal perspectiva influenciou os discursos políticos e intelectuais da época, exercendo um impacto duradouro sobre a política colonial portuguesa até meados do século XX.

Entre os principais defensores dessa ideologia, destaca-se José Pedro de Oliveira Martins (1845-1894) e António Enes (1899). De acordo com Martins (1953), a educação desses povos seria inútil, uma vez que sua “inferioridade antropológica” os tornava incapazes de aprendizado significativo (Martins, 1953). António Enes (1946) sustentou que, por si só, a instrução não seria suficiente para o aperfeiçoamento, defendendo que era necessário que os africanos estivessem sob a disciplina imposta pelos descendentes considerados superiores das raças “civilizadas”.

Uma das principais características deste período foi a instituição do sistema baseado no estatuto do indigenato, que estabelecia princípios de convivência social entre nativos, portugueses e seus descendentes, dividindo a sociedade administrativamente entre portugueses, “assimilados”² e “não assimilados”³ (Silva, 2019).

Durante a administração de Norton de Matos, que atuou como governador-geral de Angola entre 1912 e 1914 e, posteriormente, como alto-comissário de 1921 a 1924 (Léonard, 2000), a política educacional angolana passou por transformações significativas. Segundo Liberato (2014), Norton de Matos concebia a instrução como um instrumento de civilização para os angolanos, impondo o uso exclusivo da língua portuguesa e proibindo o ensino em qualquer língua africana. Essa medida, embora justificada sob os pretextos de integração e progresso, funcionou, na prática, como um mecanismo de dominação cultural e de apagamento das identidades linguísticas e culturais locais.

² Os assimilados, ou novos assimilados, eram pretos com formação missionária e que usufruíam de direitos legais na colônia concedidos a todos os indivíduos negros e seus descendentes que se encaixavam nos pré-requisitos determinados pela administração portuguesa através do estatuto do indigenato, como o bilhete do assimilado e pagamento do imposto indígena (Nascimento, 2013).

³ Os não assimilados são geralmente nativos oriundos do interior de Angola; sem laços biológicos com as famílias crioulas, que estavam à margem da sociedade colonial e sem uma educação formal (Nascimento, 2013).

Neste contexto, o artigo "Entre o que se fala e o que se ensina: uma abordagem pedagógico-didática no ensino formal angolano" (2022), de Pedro, Katala e Timbane, oferece uma crítica pertinente à desconexão entre o que é ensinado e a realidade vivida pelos estudantes em Angola. Os autores argumentam que o sistema educacional privilegia a variação da língua portuguesa à europeia em detrimento das variações locais, que é condicionado por diversos fatores sociais e pela influência das múltiplas línguas locais, considerando que o país abriga povos de origens bantu e khoisan (Ndombele, 2017).

Pedro, Katala e Timbane (2022) e Ndombele (2017) defendem, assim, a urgência de uma abordagem pedagógica que valorize as culturas locais e as experiências dos alunos. O sistema de ensino angolano, ao integrar a valorização da variação europeia e excluir a local, perpetua políticas que remetem à era colonial, resultando na continuidade do apagamento das identidades linguísticas e culturais. A desconsideração das línguas africanas como veículos legítimos de conhecimento não apenas reforça a marginalização das populações autóctones, mas também limita sua autonomia intelectual, reproduzindo hierarquias coloniais e restringindo o acesso a uma educação que seja significativa dentro de seus próprios referenciais culturais. Além disso, essa política defendia a separação entre a educação destinada aos africanos e a ministrada aos portugueses, acentuando a desigualdade no acesso ao conhecimento.

Essa política, neste sentido, não resultou em melhorias substanciais para a população nativa em geral, uma vez que a instrução de um número significativo de africanos nunca foi um objetivo real da administração portuguesa. Ao contrário, a limitação do acesso à educação funcionava como um mecanismo de exclusão social, restringindo a mobilidade e autonomia da maioria da população local e reforçando a estrutura hierárquica imposta pelo regime colonial. Assim, longe de promover o desenvolvimento da sociedade angolana, a política educacional portuguesa consolidou desigualdades e aprofundou as relações de dependência e subordinação ao poder colonial⁴.

Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, intensificou-se a vigilância internacional

⁴ Em 1940, apenas 1.012 africanos (angolanos) sabiam ler e escrever português, o que representava menos de 0,03 por cento de todos os africanos da colónia" (Bender, 2009, p. 352).

sobre os regimes políticos e suas formas de governança. A crescente valorização dos direitos humanos e dos princípios de autodeterminação dos povos colocou em evidência práticas coloniais e autoritárias, sujeitando-as a maior escrutínio. No entanto, apesar desse aumento da fiscalização global, muitas potências coloniais adotaram estratégias para manter seu domínio, adaptando seus discursos e políticas a fim de justificar a continuidade do colonialismo sob novas formas⁵.

No entanto, apesar das estratégias adotadas pelas potências coloniais para manter seu domínio sobre os territórios ocupados, o processo de descolonização tornou-se cada vez mais inevitável. A promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 reafirmou a autodeterminação dos povos como um direito fundamental, conferindo maior legitimidade às reivindicações independentistas. Esse marco impulsionou a intensificação dos movimentos anticoloniais e fortaleceu a pressão internacional para a descolonização, desafiando a manutenção das estruturas coloniais e acelerando o colapso do imperialismo europeu em diversas regiões do mundo.

Nesse sentido, Evandeco (2023) revisita o processo de descolonização de Angola e destaca também dois fatores estreitamente relacionados a esse movimento na década de 1950 a 1960: o fim da Segunda Guerra Mundial e a emergência da Guerra Fria. No que se refere a este último, o autor argumenta que a Guerra Fria instaurou uma nova ordem mundial caracterizada pela chamada "bipolaridade", na qual as grandes potências globais, representadas pelos Estados Unidos e a União Soviética, intensificaram seus esforços na disseminação de seus princípios ideológicos e políticos. Nesse contexto, a África tornou-se um espaço estratégico de disputas, onde o confronto entre as ideologias capitalista e socialista influenciou diretamente os processos de descolonização, moldando as dinâmicas políticas e sociais dos territórios em luta pela independência.

A década de 1960 foi marcada pela intensificação dos conflitos independentistas entre Portugal e suas colônias, refletindo a crise do colonialismo português diante da crescente pressão internacional pela descolonização. Em Angola,

⁵ "Portugal procedeu, na sequência desses consensos internacionais, a algumas alterações da sua política colonial desde logo em termos das designações adotadas" (Liberato, 2014), dando lugar em 1963 às províncias ultramarinas (Lei Orgânica do Ultramar Português)" (Neto, 1997). Portugal argumenta que, "seria um só país, não tendo por isso de prestar contas do que se passava no interior do seu território" (Liberato, 2014, p. 10-11).

os confrontos entre o regime colonial e os movimentos de libertação – nomeadamente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) – prolongaram-se até 1975, quando o país conquistou sua independência.

Entretanto, embora a luta pela soberania nacional tenha representado um marco na história angolana, os desafios pós-independência foram significativos, especialmente no setor da educação. Durante o período colonial, o acesso ao ensino formal era amplamente restrito à população nativa, consolidando a exclusão educacional como um mecanismo de dominação. No entanto, a influência da Guerra Fria e as disputas entre os diferentes movimentos políticos dificultaram a construção de um projeto educacional coeso. O país entrou em um conflito civil entre os movimentos que lutaram pela independência, durante quase 30 anos, de 1975 a 2002.

É importante reconhecer que, após a independência, o governo angolano empreendeu esforços significativos para enfrentar os desafios herdados do período colonial, especialmente no setor da educação. Até 1975, a taxa de analfabetismo no país era alarmante, atingindo cerca de 85%, reflexo direto das políticas coloniais que restringiam o acesso da população nativa ao ensino formal. Em resposta a esse cenário, a partir de 1976 foram implementadas campanhas de alfabetização em diversas frentes, abrangendo escolas, empresas, fábricas, aldeias rurais e instituições militares, dando continuidade às iniciativas educacionais que já vinham sendo desenvolvidas nos acampamentos militares durante a luta pela independência. O sistema de ensino foi então estruturado em cinco etapas: ensino primário, ensino secundário (I e II nível), ensino médio e ensino superior (Liberato, 2014).

O número de crianças dentro do sistema escolar aumentou significativamente. De acordo com Zau:

De um total de 512.942 alunos, em 1973, passou a haver 1.026.291 crianças matriculadas na pré-primária e nos quatro primeiros anos de escolaridade [...] Para mais de um milhão de alunos matriculados no ensino primário, havia cerca de 25 mil professores heterogeneamente distribuídos pelo país, o que, em condições normais, correspondia a uma média de um professor para cada 41 alunos. Porém, só sete por cento dos docentes ligados ao ensino primário tinham habilitações mínimas para o exercício do magistério (Zau, 2009, p. 263-264).

No entanto, esse crescimento não foi acompanhado de uma estrutura educacional capaz de garantir a qualidade do ensino. Com cerca de 25 mil professores

distribuídos de forma heterogênea por todo o país, a média de um docente para cada 41 alunos, em condições normais, já indicava uma sobrecarga considerável. Ainda mais preocupante foi o fato de que apenas sete por cento dos professores de ensino primário possuíam as habilitações mínimas exigidas para o exercício da profissão, o que compromete significativamente a qualidade do ensino oferecido, além do impacto considerável do conflito civil, que agravou ainda mais as políticas públicas neste setor.

3.4 A POLÍTICA EDUCACIONAL PÓS-GUERRA CIVIL

O colonialismo e a guerra civil tiveram impactos profundos e duradouros no desenvolvimento político, social, econômico e educacional de Angola. Durante o período colonial, a administração portuguesa restringiu o acesso dos angolanos à educação formal, estruturando um sistema excludente que favorecia a população europeia e perpetuava desigualdades sociais. Com a independência em 1975, a guerra civil agravou a crise educacional, destruindo escolas, reduzindo o número de professores qualificados e afastando crianças do ensino, seja pelo recrutamento militar, deslocamentos forçados ou separação familiar (Liberato, 2014; Ambrósio, 2019). Como resultado, grande parte da população infantil ficou sem acesso à educação formal, gerando um déficit educacional significativo. No pós-guerra, a reconstrução do setor educacional tornou-se uma prioridade governamental, exigindo investimentos em infraestrutura, capacitação docente e políticas para universalizar o ensino.

De acordo com Quipuco e Barbosa (2021), nos anos 2000, após o tratado de paz, Angola passa por um processo de intensificação dos esforços para melhorar as taxas de alfabetização. Para se ter noção, devido a guerra que demandou deslocamentos forçados, no final da década de 1990, mais de 1,5 milhão de crianças estavam fora da escola, e os índices de analfabetismo e reprovação eram alarmantes (Liberato, 2014; MINPLAN, 1997).

A partir do início dos anos 2000, o governo passou a implementar reformas estruturais no setor da educação básica, incluindo a formação de professores, com o objetivo de ampliar o acesso e melhorar a qualidade do ensino. Um marco fundamental nesse processo ocorreu em 2002, com a promulgação da nova Lei de Base do Sistema Educativo, instituída por meio da Lei nº 13/01, de 31 de dezembro

de 2001, aprovada pela Assembleia Nacional (Ambrósio, 2019). Essa legislação estabeleceu os princípios norteadores do sistema educacional, fundamentando-se na democratização do ensino e na gratuidade parcial da educação, ao mesmo tempo em que permitiu a expansão do setor privado, possibilitando o surgimento de instituições de ensino particulares.

No mesmo ano, de acordo com Quessongo (2022), foi criado o Plano Nacional de Desenvolvimento da República de Angola (PND). Esses documentos foram elaborados com o propósito de estabelecer um diagnóstico detalhado do sistema educacional a curto, médio e longo prazo, visando solucionar os desafios relacionados ao acesso e à qualidade do ensino nos diferentes subsistemas de aprendizagem.

No campo da alfabetização, segundo Balenda (2019), a história da alfabetização em Angola reflete uma luta constante por conhecimento e inclusão. A partir de 2000, o governo angolano implementou diversas iniciativas para reduzir o analfabetismo e garantir o acesso à educação básica para adultos e crianças fora da escola. Neste âmbito, destaca-se a instituição do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE), denominado “Educar Angola”, criado em 2002. Este surgiu para dar continuidade à nova reforma educativa que o governo adotou no país, com instruções estratégicas de longo prazo estabelecidas na Estratégia Nacional de Desenvolvimento “Angola - 2025”.

Na mesma década, no entanto, com os objetivos de se intensificar os planos do executivo no setor educativo e mitigar os impactos socioeconômicos do analfabetismo, o governo lançou, em 2007, a primeira política pública de alfabetização, o “Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE)” (ADRA, 2019).

O PAAE foi introduzido com o objetivo de aumentar o acesso à alfabetização de adultos e permitir que crianças se recuperem de atrasos escolares. A metodologia utilizada baseava-se na aceleração dos anos letivos, permitindo que alunos atrasados em relação à sua idade pudessem concluir o ensino básico de forma mais rápida.

O PAAE foi introduzido a partir de dois elementos centrais:

- **Classe de aceleração;** para a recuperação do atraso escolar em crianças até a idade de 14 anos.
- **Ensino primário de adultos** a partir dos 15 anos, divididos em três módulos:

- ❖ **Módulo 1:** de alfabetização que corresponde às classes 1 e 2 do ensino primário;
- ❖ **Módulo 2:** após alfabetização, equivalente às classes 3 e 4;
- ❖ **Módulo 3,** equivalente às classes 5 e 6.

São objetivos pedagógicas do PAAE, a conjugação dos conhecimentos e competências a serem alcançados pelos alunos, no final do módulo 3:

- Aprender a utilizar os instrumentos da cultura letrada em suas diferentes modalidades de linguagem gráfica, verbal e matemática, para expressar suas ideias, diminuindo o analfabetismo juvenil e adulto, literal e funcional.
- Desenvolver a autonomia do indivíduo frente às diferentes fontes de informação e situações de aprendizagem, assim como, para ter acesso a outros graus ou modalidades de ensino básico ou técnico, aumentando seus conhecimentos e potencialidades como meios de proporcionar novas oportunidades de crescimento.
- Posicionar-se no mundo do trabalho com melhores condições de desempenho, possibilitando a aquisição de competências para o seu desenvolvimento económico e para o seu progresso social.
- Desenvolver as competências sociais, estimulando a participação e o trabalho em equipa para o exercício da cidadania, dos direitos e deveres políticos, civis e sociais.

Foi assim que o PAAE foi formulado, representando um esforço significativo para mitigar os efeitos do analfabetismo e promover a inclusão educacional em Angola, refletindo um compromisso contínuo do governo em enfrentar os desafios históricos e sociais que afetam a educação no país, apesar dos desafios estruturais e socioeconómicos, como veremos nos pontos seguintes.

3.5 IMPACTOS E DESAFIOS DO PAAE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO PAÍS

Pesquisas apontam que desde sua implementação, o programa do PAAE logrou alguns êxitos, porém, foi profundamente condicionado pelo contexto

socioeconômico do país em um determinado momento.

A partir das avaliações já realizadas sobre o PAAE em algumas regiões de Angola, observa-se um conjunto de fatores que influenciam diretamente a efetividade da iniciativa. De acordo com a pesquisa conduzida pela ADRA (2019) em dois municípios do interior de Angola, Cubal e Ganda, na província de Benguela, o programa teve impactos positivos tanto econômicos quanto sociais. No entanto, a análise também revela limitações significativas que comprometem sua capacidade de transformação estrutural do sistema educacional.

A alfabetização, além de ser um direito fundamental, desempenha um papel essencial no desenvolvimento socioeconômico, influenciando diretamente a produtividade agrícola, a empregabilidade, a saúde materno-infantil e a redução dos índices de pobreza. No entanto, os indicadores educacionais em Angola, particularmente nas zonas rurais, ainda revelam um déficit preocupante. Dados da ADRA (2019) indicam que, na província de Benguela, apenas 36,3% da população com 15 anos ou mais, na zona rural, sabe ler e escrever. A situação das mulheres é ainda mais crítica: apenas 21,3% das mulheres dessas áreas são alfabetizadas, o que equivale a cerca de uma em cada cinco.

Diante desse cenário, a ADRA (2019) enfatiza que a ampliação do acesso à alfabetização deve ser uma prioridade nacional, recomendando que Angola alcance o nível de financiamento mínimo recomendado pela UNESCO, que estipula 3% do Orçamento Geral do Estado (OGE) destinado à educação.

Além disso, observa-se uma tendência preocupante de redução no acesso à alfabetização e ao ensino primário nas regiões da Ganda e do Cubal, fenômeno que impacta diretamente o aumento do atraso escolar. Entre 2015 e 2016, houve uma significativa diminuição de 59% no número de alfabetizadores com subsídio, evidenciando uma precarização das condições de ensino e aprendizado (ADRA, 2019).

No que tange às Classes de Aceleração, a oferta dessa modalidade educacional revela-se insuficiente diante da demanda existente. Em 2018, apenas 307 crianças estavam matriculadas nessa classe no Cubal e 1.202 na Ganda, números que indicam um déficit preocupante no atendimento a estudantes em atraso escolar.

Segundo o PAAE (2019), o financiamento destinado à alfabetização também se mostra inadequado. A parcela do Orçamento Geral do Estado (OGE) alocada para

essa finalidade era de apenas 0,5% do total dedicado à educação em 2016/2017, aumentando para 1,8% em 2018. Ainda assim, esses valores permanecem muito abaixo dos parâmetros estabelecidos pelo Marco de Ação de Dakar. Além disso, há uma discrepância entre os recursos orçados e os efetivamente disponibilizados: em 2018, somente três dos nove meses de subsídio dos alfabetizadores foram pagos, e, mesmo assim, nem todos os profissionais receberam a remuneração devida. A escassez de recursos também afeta a aquisição de materiais pedagógicos, comprometendo ainda mais a qualidade do ensino.

Um outro estudo, realizado por Ambrósio (2019) em uma escola de ensino primário, situada na capital de Angola - Luanda -, no município da Maianga, constatou-se as mesmas tendências. De acordo com a autora, os objetivos do PAAE na cidade de Luanda, como um todo, não estavam sendo alcançados por vários fatores, e um destes diz respeito, justamente, à parte financeira devido ao período de crise que o país atravessou.

Era previsto que em 2017 Luanda fosse declarada uma cidade livre do analfabetismo, mas com as baixas de rendimento houve falta de pagamentos aos facilitadores durante muito tempo e estes desistiram de trabalhar sem pagamento. O programa ficou também muitos anos sem receber material de apoio didático, ou seja, as razões que influenciaram no incumprimento das metas foram a falta de material didático e a falta de subsídios aos facilitadores (Ambrosio, 2019, p. 30).

Diante desse contexto, torna-se evidente que, embora o programa apresenta propostas pedagógicas relevantes para a alfabetização, ele enfrenta desafios estruturais e financeiros que comprometem sua execução. A ausência de um planejamento estratégico que antecipe crises e suas implicações na implementação dessas políticas educacionais contribui para a ineficácia das ações propostas. Assim, faz-se necessário um modelo de gestão educacional mais robusto, que assegure a continuidade dos programas mesmo em períodos de instabilidade econômica, garantindo o direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Do ponto de vista metodológico, o presente projeto adota uma abordagem mista, combinando os métodos quantitativo e qualitativo, por se mostrarem adequados à complexidade e à profundidade exigidas pela análise proposta. De acordo com Minayo (2001) e Volpato (2013), a metodologia qualitativa busca compreender os aspectos subjetivos da realidade social, como valores, crenças, significados, símbolos e representações, os quais são fundamentais para a compreensão das dimensões culturais e sociais do fenômeno estudado. Por sua vez, a abordagem quantitativa concentra-se na mensuração e análise de dados numéricos, permitindo a identificação de padrões, correlações e tendências estatísticas (Becker, 2014).

Para a coleta de dados, serão empregadas duas técnicas principais: a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica, as quais permitirão a análise de fontes primárias e secundárias pertinentes ao objeto de estudo.

A pesquisa documental será realizada através de uma análise criteriosa de fontes primárias, em plataformas digitais do governo angolano, focando em documentos oficiais relacionados a políticas públicas de alfabetização no país implementados no período 2007 e as que tratam do PAAE, especificamente, buscando os documentos que focam nas avaliações ou resultados do programa em diversas partes do país, relatórios, registros institucionais e outros documentos relevantes. Além disso, focaremos também em plataformas de organizações não governamentais, tais como a plataforma da ADRA⁶, que fornece dados dos mais diferentes programas de desenvolvimento no país, incluindo os educacionais; e da Ajuda de Desenvolvimento de Povo para o Povo (ADPP)⁷ que tem os mesmos princípios que a ADRA.

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, esta desempenha um papel central no levantamento e análise de obras acadêmicas, na construção teórica do projeto, possibilitando uma releitura crítica das referências já mencionadas. Adicionalmente, serão analisados livros e artigos científicos que tratam do processo histórico de alfabetização em Angola, abrangendo um intervalo temporal que se inicia no período

⁶ Disponível em: <https://ww.adra-angola.org/.Acesso>

⁷

<https://www.adpp-angola.org/pt/education-media/programa-de-alfabetizacao-abrange-mais-de-quatro-mil-adultos>

pós-independência e se estende aos anos subsequentes, conforme os marcos históricos e analíticos definidos neste estudo. Este recurso se apresenta como fundamental e indispensável para identificar as distinções entre os diferentes períodos históricos, permitindo, assim, uma reflexão sobre os avanços no panorama educacional atual em Angola. Pedro Borges Graça (2005) aborda sobre este recurso analítico em pesquisas científicas e destaca seu papel na compreensão dos fenômenos sociais, quando se integra o passado e o presente.

Neste sentido, procuraremos trabalhos que tratam sobre o processo de desenvolvimento do sistema educacional no país, o contexto histórico e político, e os impactos dos conflitos que o país atravessou no sistema educacional, de livros e artigos que tratam de analisar o PAAE.

5 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	TCC I				TCC II				TCC III			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Levantamento bibliográfico	X	X	X	X	X	X	X	X				
Revisão da bibliografia				X	X	X	X	X				
Leitura e fichamento dos textos				X	X	X	X	X				
Análise do material de pesquisa					X	X	X	X				
Escrita da introdução e conclusão						X	X	X	X	X		
Redação do TCC										X	X	

REFERÊNCIAS

- ADRA. ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE.. **Avaliação do programa de alfabetização e aceleração escolar PAAE: Municípios de Ganda e Cubal**. 2019. Disponível em: <[https://cdn.prod.website-files.com/5a8e71e3c7881c000130ff13/60992eee8dec07077577767d_AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20PROGRAMA%20DE%20ALFABETIZA%C3%87%C3%83O%20PAAE%20200%20JULHO%2009%20FINAL%20JULHO%202020%20\(1\).pdf](https://cdn.prod.website-files.com/5a8e71e3c7881c000130ff13/60992eee8dec07077577767d_AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20PROGRAMA%20DE%20ALFABETIZA%C3%87%C3%83O%20PAAE%20200%20JULHO%2009%20FINAL%20JULHO%202020%20(1).pdf)>. Acesso em 24 de jan. de 2025.
- AMBRÓSIO, Rosa Vivania Capitão. **O programa de alfabetização e aceleração escolar numa escola de Luanda: funcionamento e resultados académicos**. Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, 2019.
- ANGOLA. Ministério do Planeamento (MINPLAN). Proposta para uma política de população para Angola. **Cadernos da População e Desenvolvimento**. Número especial, Luanda, 1997.
- ANGOLA, Ministério da Educação de Angola (MED). Comissão de acompanhamento e avaliação da reforma educativa (care) – **Relatório de Avaliação Global da Reforma educativa**. Luanda. 2014.
- ANGOLA. Ministério da Educação de Angola (MED). **Conselho de Ministros**. Estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação (2001-2015). Luanda, 2001a. Disponível em: http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_Estrategia_Integrada_Melhoria.pdf. Acesso em: 24 set. 2025.
- ANGOLA. **Assembleia Nacional. Lei n. 13, de 31 de dezembro de 2001**. Nova Lei de Bases do Sistema de Educação. Diário da República, I Série, 2001b, p. 1.289-1.299.
- ARRUDA, Cláudia Maria Calmon. **Ensino de História e Política em Angola (1950-1978)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019, pp. 159.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. Lisboa: Editora Edições, 1977.
- BECKER, Howard S. A epistemologia da pesquisa qualitativa. Vol. 1, n. 2, **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, 2014, pp. 184-199.
- BENDER, Gerald. Angola sob o domínio português: mito e realidade. Luanda: **Editorial Nzila**, 2009.
- BORGEL, Hannelore. Relevância Socioeconômica da formação profissional. Luanda, **FormPro**, 2012, p. 1-5. Disponível em: <https://www.formproangola.org/download/socioeconomica.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.
- CAREGNATO, RCA.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus

análise de conteúdo. v. 15, n. 4, Florianópolis, **Texto & Contexto Enfermagem**, 2006, p. 679-684. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-07072006000400017>. Acesso em: 17 set. 2024.

CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS, CEA. **Carta do centro de estudos angolanos ao comité diretor do MPLA sobre manual de alfabetização**. 13 de fevereiro de 1969.

CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS, CEA. **Carta do centro de estudos angolanos a rui de sá “dibala” (d/17/69, argel), sobre manuais de alfabetização e guias de alfabetizador**. 2 maio 1969.

COELHO, Sônia Maria. A importância da alfabetização na vida humana. In: **Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Edson do Carmo Inforsato e Sônia Maria Coelho (Orgs.)**. Vol. 1, Unesp; Univesp, São Paulo: Unesp, Pró-Reitoria de Graduação, 2017. pp. 103-109

DIAS, Jill. Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930. n. 1, **Revista Internacional de Estudos Africanos**, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1984, p. 61-94

DIAS, Luiz Carlos; CLÉRIO, Plein. Crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento: afinal sobre o que tratam estes conceitos? Vol. 10, n. 2, **Gestão e desenvolvimento em Revista**, 2022. p. 64-82.

ENES, António et al. O trabalho dos indígenas e o crédito agrícola. In: **Antologia colonial portuguesa 1: política e administração**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946, p. 25-55.

EVANDECO, Eugénio da Silva. **Radiodifusão em Angola e a emergência do novo modelo de consumo baseado na internet**. Dissertação, mestrado em comunicação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2023. 126p. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/33057>. Acesso em 28 fev. 2025

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf. Acesso em: 7 abr. 2025

GUIDE, Antônio Marcos de. **TPA: O modelo de TV pública de Angola**. Dissertação, mestrado em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, 227p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-21072009-201835/pt-br.php>. Acesso em: 28 fev. 2025

GRAÇA, Pedro Borges. **A construção da nação em África (ambivalência cultural de Moçambique)**. Lisboa: Almedina, 2005.

LÉONARD, Yves. A ideia colonial: olhares cruzados (1890-1930). In: **Bethencourt**,

Francisco; Chaudhuri, Kirti. Nova história da expansão portuguesa: último império e recentramento (1930-1998). Lisboa: Temas & Debates, 2000. p. 536-553.

LIMA, Meire Helen dos Santos; KELLCIA, Rezende Souza. Políticas públicas de alfabetização em países lusófonos: aproximações e distanciamentos entre Angola, Brasil e Portugal. v. 5, n. 05, **Anais do seminário formação docente: intersecção entre universidade e escola**, 2023. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/seminarioformacaodocente/article/view/8901>. Acesso em: 4 set. 2024.

LIBERATO, Ermelinda. Avanços e retrocessos da educação em Angola. Vol. 19, n. 59, **Revista Brasileira de Educação**, 2014.

LORENZ, K. Introdução à pedagogia jesuíta no Brasil colonial: Educação humanista e o ratio studiorum. v. 17, n. 1, Uberlândia, **Cadernos de História da Educação**, 2018, p. 25–50.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; ROCHA, Juliano Guerra. Manuais escolares para alfabetização de adultos em Angola e a influência de Paulo Freire. Vol. 28, Juiz de fora, **Revista Educação em Foco**, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/40333>>. Acesso em: 4 set. 2024.

MARTINS, Oliveira. O Brasil e as colônias portuguesas. Lisboa: Guimarães & Cia. **Editores**, 1953.

Mello, Roseli Rodrigues de; Oliveira, Cristiane Fontes de. A atualidade de Paulo Freire e a alfabetização na educação do campo. V. 42, Campinas, **Educação e Sociedade**, 2021. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/es/a/WfLzYpr8LzJJH5JFNb8qcSL/#:~:text=Em%20Paulo%20Freire%2C%20a%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o,%20e%20educandos\(as\)](https://www.scielo.br/j/es/a/WfLzYpr8LzJJH5JFNb8qcSL/#:~:text=Em%20Paulo%20Freire%2C%20a%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o,%20e%20educandos(as).). Acesso em: 1 abr. 2024.

MENDES, Carolina, Matias Alves, José (2014). Atos e atores da cooperação para o desenvolvimento: outras parcerias em Angola. In Carvalho, Maria João, Loureiro, Armando, Ferreira, Carlos Alberto (orgs.) **Atas do XII Congresso da SPCE - Espaços de investigação, reflexão e ação interdisciplinar**. Vila Real: De Facto Editores. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO DE ANGOLA. **Estratégias de combate à pobreza: reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica**. Luanda, 2005.

MINPLAN. Estratégia de Combate à Pobreza: Exposição Síntese de Alguns Itens Seleccionados (da Vertente Social). Ano V, vol. 9, nº 1, Luanda, 2005.

MOREIRA, Licínio Luís Narciso de. **Análise dos textos escritos produzidos por alunos da 7ª classe em Angola e propostas de remediação de erros**. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.

NASCIMENTO. Washington Santos. **Agentes do mato: novos assimilados em Luanda (1926-1961)**. São Paulo, 2013.

NDOMBELE, Eduardo David. Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola. N. 31, **RILP - Revista Internacional em Língua Portuguesa**, 2017, p. 71-89.

NETO, Maria da Conceição. **Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX**. Lusotopie, Paris: Karthala, p. 327-359, 1997.

OLIVEIRA, S. L. de. The “discovery” of Brazil in the school textbooks adopted in Angola and Mozambique (1960-1970). n. 17 **Práticas da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past**, 2023, p. 83–113. Disponível em: <<https://praticasdahistoria.pt/article/view/33127>>. Acesso em: 4 set. 2024.

PEDRO, João Domingos; KATALA, Celestino Domingos; TIMBANE, Alexandre António. Entre o que se fala e o que se ensina: uma abordagem pedagógico-didático no ensino formal angolano. Vol. 2, n. 1. São Francisco do Conde, **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**, 2022, p.537-556.

PEMBELE, G. L.; LAFFIN, M. H. L. F.; VIGANO, S. de M. M. As políticas de alfabetização de adultos no contexto pós-independência em Angola: uma análise de documentos legais. n. 15 **Revista Cocar**, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5736>. Acesso em: 4 set. 2024.

QUIPUCO, Walter Gusmão; BARBOSA, Marinalva Vieira. O ensino da língua portuguesa escrita no pré-escolar e 1ª classe do ensino primário no Sumbe/Angola. v. 12, n 34, **Interfaces da educação**, 2021, p. 487–511. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4572>. Acesso em: 4 set. 2024.

RANGE, Egon de Oliveira; ROJO, Roxane Helena Rodrigues. Língua Portuguesa: ensino fundamental. Vol. 19, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, **Coleção Explorando o Ensino**, 2010. 200 p.

RIBAS, Adriana Ferreira Paes; MOURA, Maria Lucia Seidl de. Abordagem sociocultural: algumas vertentes e autores. Vol. 11, n. 1, Maringá, **Psicologia em Estudo**, 2006, pp. 129-138. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/fSdQmSWhQqH7dgScTgx3Qyt/> Acesso em: 14 mar. 2025.

RIBEIRO, F. B. Educação e ensino de história em contextos coloniais e pós-coloniais. n. 36, v. 16, **Mneme - Revista de Humanidades**, 2015, p. 27–53. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/8069>. Acesso em: 4 set. 2024.

SACCO, A. M. FERREIRA, C. M. da S. KOLLER, S. H. “Se não bater, não aprende”: educação e direitos da criança e do adolescente em Angola. v. 39, n.1, **Revista Educação**, 2016.

SALOMÃO, Jonísio C. Economia Angolana: 14 anos de paz, avanços, recuos e desafios. Luanda, **Portal de Angola**, 2016. Disponível em: <https://www.portaldeangola.com/economia-angolana-14-anos-de-paz-avancosrecuos-e-desafios/>. Acesso em: 7 jul. 2024.

Santos, Martins. História do ensino em Angola. Angola. Luanda, **Serviços de Educação**, 1970.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; et al. As tecnologias digitais e seus usos. Rio de Janeiro: **IPEA**, 2019. em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9293/1/TD_2470.pdf. Acesso em: 7 jul. 2024.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. In: **Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Edson do Carmo Inforsato e Sônia Maria Coelho (Orgs.)**. Vol. 1, Unesp; Univesp, São Paulo: Unesp, Pró-Reitoria de Graduação, 2017. pp. 197-203

SOUZA, Marina de Mello e. Evangelização e poder na região do Congo e Angola: a incorporação dos crucifixos por alguns chefes centro-africanos, séculos XVI e XVII. **Congresso Internacional “O espaço atlântico de antigo regime: poderes e sociedades”**, Lisboa, 2005.

STEFFEN *et al.* Sob o jugo colonial Europeu: do imperialismo branco às guerras de independência africanas. In: **SPOHR, A. STADNIK, M. MEDEIROS, K. (Orgs). África em Foco**. Relações Internacionais para educadores, 2013, pp. 65-100.

TCHITETELE, Faustino. **Alfabetização de adultos no mundo rural em Angola o caso do município de Caluquembe-Cola**. ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2020.

UNESCO. Alfabetização como Liberdade. **Brasília**, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 496 p.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VILARIM, P. R.; MARTINS, D. R.; RODRIGUES, S. P. J. A diferença da educação escolar indígena na colonização portuguesa de Angola e Brasil. v. 6, n.2, **ODEERE**, 2021, p. 237-254. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/9766>. Acesso em: 4 set. 2024.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Ciência: da filosofia à publicação**. 6a ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

ZAU, Filipe. **Educação em Angola: novos trilhos para o desenvolvimento.**
Luanda: Minilivros, 2009.